



Porto Alegre, 03 de outubro de 2023.

Ofício n.º 218/2023 -GLG

Objeto: Pedido de providências

Exmo. Sr. Governador do Estado:

Este mandato parlamentar tem acompanhado com extrema preocupação e solidariedade a situação das famílias residentes nos municípios mais atingidos pelas enchentes, principalmente no Vale do Taquari.

Os relatos apontam para o aumento absurdo dos aluguéis na região. Moradores informam que imóveis onde antes pagavam cerca de R\$ 500, agora não encontram outros em situações semelhantes por menos de R\$1.200, o que dificulta que encontrem formas de retomarem, ainda que minimamente, a normalidade em suas vidas.

Em entrevista concedida à Rádio Gaúcha<sup>1</sup>, Jonas Calvi, prefeito de Encantado, informou que dialogou com algumas imobiliárias para tentar sensibilizá-las e que vem buscando outras condições para auxiliar as famílias.

Ocorre que tal iniciativa deveria ser uma política de Estado para auxiliar os municípios atingidos. Em que pese o recente anúncio de *repasso de recursos para financiamento e ampliação do aluguel social destinado às famílias desabrigadas nos 11 municípios em situação de calamidade pública*<sup>2</sup>, o valor, segundo informações do próprio Governo, será de R\$ 500 por família desabrigada.

---

<sup>1</sup>[Stream prefeito de Encantado, Jonas Calvi - 03/10/2023 by Gaúcha | Listen online for free on SoundCloud](#)

<sup>2</sup>[Estado anuncia repasse financeiro para contratação de aluguel social pelos municípios - Portal do Estado do Rio Grande do Sul](#)

Dentre os requisitos para o recebimento, exige-se ainda que tenham *perdido a residência devido ao evento climático extremo* e que a renda mensal per capita não ultrapasse R\$ 660<sup>3</sup>. Neste sentido, acaba por não atender de forma suficiente os moradores que não se encontram desabrigados, mas enfrentam imensas dificuldades para arcar com os altos valores dos aluguéis.

Dessa forma, buscando assegurar o acesso ao direito à moradia, **SUGERIMOS** que:

1. o Governo amplie o valor a ser destinado por família; e
2. busque medidas de redução dos valores de aluguéis, principalmente nos meses subsequentes à enchente ou, subsidiariamente, estabeleça formas de parcelamento dos aluguéis para viabilizar a mínima reestruturação das famílias atingidas.

Por fim, as notícias também apontam que, em determinadas regiões, resta pendente a vistoria da Defesa Civil para autorizar o retorno de famílias às suas moradias. Entendemos que tais estudos precisam ser cuidadosamente avaliados, o que não impede a adoção de medidas de urgência para tornar o processo menos moroso. Assim, nos termos da Lei de Acesso à Informação, questionamos:

1. há indicativo de quantas residências estão pendentes de vistoria?
  - a. em caso positivo, informar o quantitativo por município; e
  - b. qual o cronograma planejado para finalizar as referidas vistorias?

Na oportunidade, colocamos este mandato parlamentar à disposição para auxiliar em tudo que for necessário para o mais breve restabelecimento das famílias e reconstrução da região.

Saudações cordiais,

Luciana Genro  
**Deputada Estadual**

---

<sup>3</sup> [Governo do RS anuncia critérios para pagamento de aluguel social a afetados por enchentes: veja pré-requisitos | GZH](#)